

Investimento Direto Estrangeiro na Guiné-Bissau.

Foreign Direct Investment in Guinea-Bissau.

Fernando Ber¹

Fernando Tavares²

Luis Pacheco³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o investimento direto estrangeiro por países de origem e por setores de atividade económica na Guiné-Bissau. O estudo tem por base a análise das estatísticas do Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau (INE-GB), da Direção Geral da Pecuária da Guiné-Bissau (DGP-GB), da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) e da Direção Geral de Promoção de Investimento Privado (DGPIP). Com o retorno da estabilidade política, espera-se que o IDE dinamize a Guiné-Bissau, proporcionando infraestruturas e elevando a produtividade da economia. Os principais sectores de atividade recetores de investimento direto estrangeiro (IDE) na Guiné-Bissau são atividades das indústrias extrativas, atividades de transporte e telecomunicações e construção civil. O IDE pode dinamizar a capacidade inovadora de uma determinada região através das políticas apropriadas, tornar mais barato os produtos básicos para exportação da Guiné-Bissau, proporcionar as infraestruturas essenciais, elevar a produtividade geral da economia.

Palavras-chave: Investimento Direto Estrangeiro, Guiné-Bissau, Investimento em África.

¹ Investigador da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Guiné-Bissau (fernando_ber@hotmail.com).

² Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Departamento de Economia, Gestão e Informática, Porto, Portugal (faotavares@gmail.com).

³ Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Departamento de Economia, Gestão e Informática, Porto, Portugal (luisp@upt.pt).

ABSTRACT

This paper's main objective is to analyse the foreign direct investment by original countries and by economic activity sectors in Guinea-Bissau. The study's basis is the analyses of the statistics of the National Statistics Institute of Guinea-Bissau (INE-GB), of the General Direction of Livestock of Guinea-Bissau (DGP-GB), from the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) and the General Direction of the Promotion of Private Investment (DGPIP). With the return of the political stability, it is expected that IDE streamlines Guinea-Bissau, creating infrastructures and raising the economy's productivity. The main activity sectors receptors of direct foreign investment (IDE) in Guinea-Bissau are activities of extractive industries, activities of transportation and telecommunications and construction. IDE can streamline the innovative capacity of a certain region through the appropriate policies, turn the basic products for exportation of Guinea-Bissau cheaper, create the key infrastructures, and raise the general productivity of the economy.

Key-Words: Foreign Direct Investment, Guiné-Bissau, Investment in Africa

Received on: 2015.05.03

Approved on: 2015.06.05

Evaluated by a double blind review system

1 - Introdução

Este artigo tem como objetivo essencial, analisar a evolução do IDE na Guiné-Bissau e a sua evolução nos últimos anos. A Guiné-Bissau apresenta um baixo nível de desenvolvimento económico e social e não tem revelado grande capacidade de atração de IDE, isso apesar do IDE em África ter vindo a crescer de forma continuada nos últimos anos (World Development Report, 2013).

O IDE transmite para o país recetor um contributo muito relevante em termos de desenvolvimento económico, nomeadamente, na recuperação e modernização da economia e para o financiamento do défice da balança de transações com o exterior, aspetos fundamentais para a Guiné-Bissau.

Os países Africanos são caracterizados por uma insuficiência de recursos financeiros para investimentos em atividades produtivas e níveis de rendimento demasiado baixos o que não permite gerar recursos domésticos suficientes para o alcance de maiores taxas de investimento. Os fluxos dos capitais privados estrangeiros nas economias recetoras têm sido objeto de vários estudos, revelando os seus aspetos positivos. O IDE em particular, tem contribuído significativamente para a promoção do crescimento económico, aumentando o comércio, desenvolvendo novas tecnologias e criando postos de trabalho, tal como verificaram Alaya, Nicet-Chenaf e Rougier (2014).

O IDE tornou-se a força motriz da globalização, sendo um fator mais significativo do que o comércio internacional. Os agentes mais importantes do novo modelo de investimento direto são as multinacionais e as suas filiais. Estas empresas funcionam em rede, organizando o núcleo da força no âmbito da economia global, geralmente não só permitindo a criação de novos postos de trabalho, mas também criando oportunidades de negócio para as empresas nacionais como fornecedoras de produtos e serviços. Entretanto, a adoção de medidas de política económica adequadas para uma maior atração de IDE, tem sido um dos maiores desafios das economias que pretendem financiar o seu crescimento económico, através de investimentos das empresas multinacionais.

Este artigo começa por fazer uma introdução à importância do investimento direto estrangeiro. Num segundo ponto, faz-se a revisão da literatura sobre o conceito de IDE e as suas diferentes teorias. No terceiro ponto é apresentada a caracterização macroeconómica da Guiné-Bissau e no quarto ponto expõe-se o IDE nos anos mais recentes neste país e os seus

fatores determinantes. O artigo termina com a conclusão sobre os pontos apresentados e discutidos.

2- Revisão da Literatura

2.1- Conceito de Investimento Direto Estrangeiro

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a UNCTAD e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), investimento direto estrangeiro é uma categoria de investimento internacional realizado por uma entidade residente num país (Investidor Direto), com o objetivo de estabelecer um interesse duradouro num empreendimento residente num país diferente daquele onde se encontra registado o investidor (empresa de investimento direto). Existe IDE quando existe intenção do investidor desenvolver atividades no país recetor. Esta definição é consistente com a avançada por Buckley e Casson (1979), que consideram o IDE como a propriedade e controlo de atividade em mais de um país. Krugman e Obstfeld (2005), afirmam que o IDE representa fluxos internacionais de capital com os quais uma empresa estabelecida num país cria ou expande uma subsidiária noutra país. Ragazzi (1973) faz a distinção de IDE entre duas formas: o Investimento Direto Estrangeiro (IDE), caracterizado por ser de longo prazo, e o Investimento Indireto no Estrangeiro ou Investimento em Carteira (IIE), normalmente associado ao curto prazo. As características de IDE envolvem a transferência de recursos para estrangeiro, mas mantendo a posição de controlo por parte do investidor, enquanto o IIE envolve apenas a transferência de capital financeiro organizado através do mercado.

A OCDE (2002) considera um investimento estrangeiro como investimento direto quando o investidor estrangeiro detém uma participação no capital de, no mínimo, 10% e pode exercer uma influência significativa sobre a gestão da empresa recetora. Para o FMI, a noção do controle é vista num âmbito mais amplo, que engloba a capacidade de influência na gestão da empresa residente noutra país.

2.2- Revisão da literatura relevante

Segundo Moreira (2009), o IDE cria oportunidades mas também gera riscos. Estes não se prendem só com oportunidades de negócio mas também com aspetos sociais e, cada vez mais, políticos. Importantes estudos têm sido feitos nesta área, procurando determinar por um lado quais os fatores internos que permitem atrair mais investimentos, por outro o qual impacto do IDE .

Relativamente a quais os fatores internos que permitem atrair mais investimentos, Bevan e Estriin (2000) defenderam que o investimento em economias em transição é fortemente influenciado pelo risco dos países de destino. Nigh (1986) e Nigh e Schollammer (1987) estudam a problemática do risco político como determinante do IDE, analisando relações de conflito e cooperação. Buckley e Casson (1979) definem o IDE como a propriedade e controlo de atividades em mais do que um país. Quanto ao seu enquadramento teórico, o modelo neoclássico da década de 60 analisa o IDE como movimento internacional de capitais, explicando a afetação internacional de recursos em função da sua produtividade marginal. Ao modelo neoclássico baseado na hipótese tradicional da concorrência perfeita, seguiram-se as teorias baseadas nas imperfeições de mercado, nas vantagens de localização e na internacionalização.

A abordagem proposta por Dunning (1981, 1988) designada de modelo eclético ou paradigma de OLI, que pretende integrar algumas teorias avançadas para explicar as vantagens da internacionalização das empresas, resume-se nas seguintes: vantagens de propriedade (*Ownership*), vantagens específicas de Localização (*Localization*) e Internacionalização (*Internationalization*). Já Baumuller (2009) defendeu que o investimento direto estrangeiro tem contribuído para o crescimento dos países por três vias principais: 1º) enquanto fonte de capitais permanentes, pois exerce um efeito direto sobre o ritmo de acumulação de capital; 2º) reforçando a inserção dos países de destino nas redes internacionais de comércio e permitindo a integração das empresas domésticas em cadeias globais de aprovisionamento e de produção; 3º) promovendo diretamente e incentivando indiretamente a transferência de tecnologias, o que estimula o aumento do capital humano e contribui a prazo para a melhoria da produtividade.

Os estudos do impacto do IDE têm-se focalizado na relação com o crescimento e o desenvolvimento económico, muitas vezes apresentam resultados contraditórios. A

investigação recente parece sugerir a existência de impactos positivos do IDE no crescimento económico dos países de destino (Sharma & Abakah, 2008; Alfaro, Chanda, Alemli-Ozcan & Sayek, 2007), os quais dependem bastante da especificidade dos países. Adicionalmente, segundo Mutenyo (2008), os efeitos do IDE nos países em desenvolvimento não parecem ser superiores aos causados pelo investimento doméstico. Não obstante os resultados das análises empíricas não serem suficientemente robustos, parece haver um crescente reconhecimento nos países desenvolvidos, e em desenvolvimento, de que os capitais externos privados constituem uma componente essencial das estratégias de desenvolvimento dos países, assumindo-se como um importante complemento dos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento.

Geleilate e Forte (2012) defenderam que o IDE constitui uma importante medida em que se distinguem com ênfase os fluxos de capitais estrangeiros. Segundo Tavares e Marques (2013), o IDE tem como principal objetivo a aquisição da parte de capital da empresa já existente ou a constituição de novas entidades no país recetor do investimento com a constituição de filiais no estrangeiro das empresas já existentes nos seus países de origem. Estas filiais mantêm a identidade de empresas estrangeiras.

Root (1978), defendeu que as principais teorias explicativas do IDE devem responder a três questões essenciais:

- Porque é que as empresas investem no estrangeiro?
- Como é que estas empresas podem concorrer com as empresas locais, dadas as vantagens inerentes destas segundas em operar num ambiente que lhes é familiar?
- Porque é que as empresas optam por entrar em mercados externos como produtores e não como exportadores ou venderem a licença de exploração a agentes locais?

2.3 - Teorias

2.3.1- Teoria do Poder de Mercado

De acordo com Hymer (1960) e Kindleberger (1979), existiam aspetos peculiares do IDE que não podiam ser explicados pela simples justificação por diferenças nas taxas de remuneração. Esta explicação já não era suficiente para compreender a atuação das Empresas Multinacionais (EMNs). Hymer (1960) caracteriza o IDE como uma estratégia

pela qual as empresas oligopolísticas no seu país de origem procuram exercer e aumentar o seu poder no mercado com o objetivo de eliminar a concorrência no mercado internacional, através da expansão horizontal e da criação de barreiras à entrada relacionadas com a existência de um ativo específico. Procuram assim assegurar os interesses comerciais nesses mercados, evitando ao mesmo tempo que as empresas concorrentes atinjam uma posição de vantagem. O resultado é uma estrutura de mercado com características de concorrência monopolística. O autor conclui que a principal razão está no facto dos mercados serem imperfeitos, e que se as empresas estrangeiras têm vantagens específicas que as empresas locais não têm, estas vantagens podem traduzir-se em termos de inovação e redução de custos. Segundo Kindleberger (1979), estas imperfeições de mercado produzem certas vantagens para as empresas, a nível tecnológico, comercial e outros, permitindo assim a sua exploração em mercados externos. Enquanto a teoria do poder do mercado procura explicar o porquê das empresas investirem no exterior, não expõem porque escolhem um determinado país em detrimento do outro país.

2.3.2 - Teoria da Localização

Na tentativa de compreensão e explicação do IDE, Hood e Young (1979) destacam a existência de quatro fatores quando nos referimos aos aspetos de localização relativos ao IDE.: i) os custos laborais, ii) o mercado em que se vai investir, iii) a existência de barreiras e entraves comerciais, iv) as políticas governamentais dos países em que EMN's pretendem investir.

O enquadramento teórico daqueles quatro fatores pode ser parcialmente encontrado na teoria do ciclo de vida do produto desenvolvida por Vernon (1966) e mais tarde por Hirsch (1967). Esta teoria baseia-se em quatro principais pressupostos base que são: i) os gastos dos consumidores diferem de país para país em função do rendimento; ii) o processo de produção é baseado em economia de escala; iii) as condições de produção e comercialização dos produtos alteram-se ao longo do tempo e, por último, iv) o fluxo da informação é restrito entre os vários países. Partindo destes pressupostos, os autores acima citados dividem o ciclo de vida de produto em três fases diferentes que determinam a evolução das empresas no exterior.

A primeira fase é a da inovação em que a produção faz-se no mercado interno, e é exportado para outros países desenvolvidos e semelhantes ao mercado interno. É uma fase estimulada pela procura exigente e sofisticada com um elevado nível de rendimento e custo de mão-de-obra, é muito elevada com a necessidade da sua maior qualificação.

A segunda fase é a fase do aumento da concorrência, onde se verifica um processo crescente de diferenciação do produto e um aumento do nível de estabilização e estandardização das técnicas de produção, a redução dos custos o que irá provocar o aumento da procura nos países industrializados. Deixa de ser possível a produção e torna-se impossível num único país, sobretudo se a empresa estiver estabelecida num país com custos salariais elevados. Nesta fase a empresa investe no exterior, em países desenvolvidos, nos quais a procura do produto aumentou, conseguindo assim estar mais perto do consumidor.

A terceira fase é a fase em que o produto se encontra completamente estandardizado o que estimula cada vez mais a redução dos lucros, pelo que a empresa terá vantagem em localizar a produção em países menos desenvolvidos, onde os custos de mão-de-obra são mais baratos.

Vernon (1979) reconheceu que algumas das hipóteses da sua teoria perderam o valor explicativo relativamente ao IDE, devido a duas razões: em primeiro lugar, grande parte das EMN norte-americanas criaram inúmeras filiais, aumentando a rede internacional de produção. O processo de inovação já não estava confinado ao mercado doméstico; em segundo lugar, os níveis de rendimento da economia de muitos países europeus e do Japão tinham atingido níveis de rendimento da economia norte-americana.

2.3.3- Teoria da Internacionalização

A teoria da internacionalização, inicialmente apresentada por Coase (1937) e desenvolvida mais tarde por Buckley e Casson (1979), procura explicar que uma empresa investe no exterior devido à vantagem específica de internacionalizar as suas atividades além-fronteiras, o que acontece devido à imperfeição dos mercados. O modelo teórico de Buckley e Casson (1979), sugere que, se um mercado de produtos intermediários é imperfeito, as empresas maximizam o seu lucro, havendo incentivos para ultrapassar esta falha através da criação de mercados internos. Esta é a internacionalização além-fronteiras

que dá origem às EMN's. Segundo Buckley e Casson (1979), a internacionalização ocorre em dois níveis: a transação de produtos intermédios e a transferência de know-how. Em relação à transação de produtos intermédios prende-se com a possibilidade de controlar os preços. Assim, permite-se uma exploração eficiente do poder de mercado e garante-se o fornecimento eficaz e atempado dos *inputs* necessários sem as demoras que ocorrem frequentemente no mercado.

2.3.4- Teoria Eclética de Investimento Direto Estrangeiro

Desenvolvida por Dunning (1981 e 1988), a teoria eclética ou também referenciada como paradigma de OLI, é utilizada para explicar a relação entre o IDE e o nível de desenvolvimento de determinado país. Para Dunning, a teoria é vista como a combinação entre as teorias da localização e da internacionalização. Segundo o autor, a teoria eclética tem como pressupostos que o movimento de capitais a nível internacional tem em consideração três tipos de vantagens associadas as EMN's (Quadro 1):

Quadro 1- Influências sobre as vantagens da multinacionalização

Vantagem	País	Indústria	Empresa
Propriedade	<ul style="list-style-type: none"> - Dotação fatorial, dimensão e características do mercado; - Políticas governamentais (sobre inovação concorrência, IDE). 	<ul style="list-style-type: none"> -Tecnologia e diferenciação do produto; -Economias de escala; - Acesso aos <i>inputs</i>; - Natureza das inovações; 	<ul style="list-style-type: none"> - Dimensão; - Política de diversificação, inovação e I&D; - Comportamento de risco.
Localização	<ul style="list-style-type: none"> - Distância entre os mercados; - Protecionismo; - Política governamental para o IDE. 	<ul style="list-style-type: none"> -Localização dos recursos - Custo de transporte; - Protecionismo e outras políticas sectoriais; - Natureza da concorrência e da indústria quanto à localização (livre ou não). 	<ul style="list-style-type: none"> - Estratégia de implementação; - Experiência de IDE; - Posicionamento no ciclo do produto; - Organização centralizada vs. descentralizada; - Gosto pelo risco.
Internacionalização	<ul style="list-style-type: none"> - Diferenças estruturais dos mercados nacional e estrangeiro; - Infraestruturas do país de destino; - Política governamental favorecendo a internacionalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de controlar o aprovisionamento; - Possibilidades de acordos contratuais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Modos de organização e controlo; - Aptidão ao crescimento e à integração vs. recursos à subcontratação, venda de licença.

Fonte: Adaptado de Dunning (1988).

Segundo Dunning, todas essas vantagens estão interligadas:

- As vantagens de propriedade - (O) - *Ownership Advantages* permitem obter vantagens significativas.
- A vantagem de localização - (L) - *Localization Advantages* refere-se ao local onde as operações no estrangeiro são realizadas;
- A vantagem de internacionalização - (I) - *Internationalization Advantages* indica a opção de internacionalizar ou liquidar as operações.

2.3.5- A Escola de Uppsala

A escola de Uppsala de Johanson e Vahlne (1977 e 2009) baseou-se na observação empírica dos processos de internacionalização, em especial das empresas suecas. O modelo de internacionalização de Uppsala está ligado à experiência concreta empresarial. Quanto mais experiência a empresa possuir, maiores serão as suas condições para internacionalização. Os autores concluíram que as empresas desenvolvem as suas operações no exterior através de um processo gradual de conhecimento dos mercados de destino e de modos de desenvolvimento. Segundo os autores, a internacionalização segue assim uma sequência gradual, onde os passos para o IDE são realizados após terem sido acumulados os conhecimentos suficientes sobre os mercados externos. A crescente sequência na intensidade da estratégia de internacionalização é determinada por três fases principais: exportação, filiais de venda e filiais de produção. Em relação a estas fases incorporam-se diferentes formas de colaboração (acordos de distribuição exclusiva, *joint ventures*, etc.). O maior compromisso de recursos desenvolve-se conforme a empresa, assim o IDE é determinado pela experiência retida pela empresa, pelas diferenças culturais e sociais e pelas políticas económicas. Johanson e Vahlne (2009) associam a distância psíquica ao conjunto de fatores que interferem no fluxo de informação entre países. O fenómeno da globalização, com conseqüente facilitação na obtenção de informação e comunicações entre pessoas, pode ter diminuído a importância da distância psíquica como elemento perturbador do processo de internacionalização para mercados mais distantes, podendo as empresas não passar por todas essas fases previstas no modelo.

2.4- Determinantes do Investimento Direto Estrangeiro

O IDE tem estado a exercer um papel cada vez mais importante e influente no desenvolvimento económico e social de muitos países do mundo. Os determinantes do IDE estão ligados aos fatores que influenciam a decisão de investimento das EMN no exterior. As razões pelas quais elas decidem internacionalizar-se estão relacionadas com fatores do país de origem e do país onde vão investir. De acordo com o World Investment Report (1998), os principais determinantes para o IDE num país de destino podem ser agregados em três categorias: enquadramento institucional para o IDE, motivações económicas e facilidade de negócios. Tais fatores podem ser observados no Quadro 2.

Diversos têm sido os trabalhos empíricos realizados para estimar os determinantes do IDE recorrendo a esta abordagem. Nonnenberg e Mendonça (2005), utilizaram uma amostra de 33 países em desenvolvimento como recetores de investimento, sendo que o período se estende de 1975 a 2000. Apontam com variáveis tradicionais a serem incluídas neste modelo: o Produto Interno Bruto (PIB), a qualificação de força de trabalho, o grau de abertura comercial, a taxa de inflação, a taxa de risco e o índice – Dow-Jones. Estes fatores foram considerados pelos autores como significativos na tomada de decisão de IDE nos países em desenvolvimento..

O PIB de um determinado país funciona como um fator de atração, pois é uma variável que está diretamente relacionada com os investimentos e a maior parte dos investimentos dirigem-se a países em desenvolvimento. A taxa de inflação serve para medir o grau de estabilidade económica do país. Os investidores preferem países que apresentam situações macroeconómicas mais estáveis, com menor grau de incerteza, com um efeito negativo da inflação sobre o investimento direto

O coeficiente de abertura comercial mostrou-se um fator de grande relevância para a atração de capital estrangeiro, sendo altamente significativa. Quer dizer que uma economia mais voltada para fora facilita a entrada de Investimentos Estrangeiros. A Taxa de Risco embora esteja mais ligada às condições de crédito, também influencia na entrada do IDE. Quanto maior for o risco, maior é a probabilidade de *default* da dívida externa e consequentemente a restrição à saída de capitais internacionais.

Quadro 2 - Determinante do IDE no país hospedeiro segundo as motivações das EMN

Enquadramento institucional
<ul style="list-style-type: none"> - Estabilidade económica política e social; - Regras para entrada e operação no mercado; - Regras de funcionamento e estrutura do mercado; - Tratados internacionais sobre o IDE; - Política de privatização; - Coerência entre a política comercial e de IDE; - Impostos.
Determinantes económicas (segundo as estratégias das EMN)
Procura de Mercado (as empresas investem no exterior para aceder ao mercado por várias razões)
<ul style="list-style-type: none"> - Dimensão do mercado e rendimento per capita; - Crescimento do mercado; - Redução de custos de transação; - A dimensão do mercado e o seu potencial; - O acesso a mercados regionais e globais; - Preferências dos consumidores.
Procura de recursos (as EMN podem ter oportunidades através do IDE para adquirir um recurso a baixo custo)
<ul style="list-style-type: none"> - Matérias-primas a baixo custo; - Custo de trabalho intensivo de baixo custo; - Trabalho qualificado; - Infraestruturas físicas.
Procura de eficiência (permite que as empresas possuam os seguintes benefícios)
<ul style="list-style-type: none"> - Custo dos recursos e ativos por trabalhador; - Custos de transporte, comunicação e outros; - Participação de zona de integração regional.
Procura de ativos estratégicos (investimentos que permitem à EMN manter a competitividade a longo prazo, como a posse de ativos específicos que justifiquem este tipo de IDE)
<ul style="list-style-type: none"> - Mão-de-obra qualificada; - Economias de aglomeração; - Capacidade de inovação.
Facilitação do negócio
<ul style="list-style-type: none"> - Promoção do investimento; - Incentivos ao IDE; - <i>Hassle costs</i> (relacionados com corrupção, eficiência administrativa, transparência); - Qualidade de vida e - Assistência após o investimento.

Fonte: UNCTAD, World Investment Report (1998).

O risco está ligado negativamente à entrada de IDE. O IDE está muito associado a processos internacionais de fusões e aquisições, portanto, é fortemente influenciado pelo desempenho das bolsas de valores. Refira-se que, o crescimento dos mercados de capitais nos países desenvolvidos é uma forte determinante dos fluxos de saída do IDE (Silva & Sousa, 2009).

3 - Enquadramento da Guiné-Bissau

3.1- Caracterização Histórica e Sociopolítica da Guiné-Bissau

A população da Guiné-Bissau é constituída de um mosaico étnico com mais de vinte etnias, com línguas e costumes distintos, sendo as mais expressivas por ordem crescente: os Balanta (30%), Fula (20%), Mandinga (13%), Papel (13%) e Manjaco (14%). A religião predominante é o animismo (50%), com a religião muçulmana a abranger 45% da população, existindo ainda um reduzido número de católicos.

Para os guineenses a Guiné-Bissau tornou-se independente de Portugal a 24 de setembro de 1973, no entanto Portugal só reconheceu a sua independência em 10 de setembro de 1974. De 1973 a 1994 o país foi governado por um sistema de partido único, o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), que constituía o motor da sociedade e do Estado. A transição para a democracia conduziu à realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994, que permitiram a criação de instituições democráticas, como a Assembleia Nacional Popular, por exemplo, e deu-se a liberalização política que facilitou, entre outras, a organização da sociedade civil e a criação de associações e sindicatos que ajudaram de uma forma significativa para a constituição de uma opinião pública nacional organizada.

De junho de 1998 a maio de 1999, o país foi confrontado com um conflito político militar, que abrandou a dinâmica criada pela abertura política e económica do país, com reflexos negativos na vida dos guineenses. A década de 2000 foi marcada por uma constante instabilidade política, não tendo o país sido capaz de superar as consequências sociopolíticas geradas pelo conflito político militar de 1998. O regresso às instituições democráticas foi iniciado em Abril de 2004 e concluído em Outubro de 2005, com a organização de eleições legislativas, e depois presidenciais, reconhecidas pela comunidade internacional como livres e transparentes. Em 2010, através da Assembleia Nacional Popular, foi lançado um programa de reconciliação nacional, com o alto patrocínio do Presidente da República, associando todas as forças vivas da Nação. As expectativas de todos os atores são imensas em termos de relance das atividades económicas e da consolidação da autoridade do Estado.

3.2- Caracterização Macroeconómica da Guiné-Bissau

3.2.1- Evolução Económica Recente

Em 2010, a atividade económica acelerou na Guiné-Bissau devido aos efeitos das medidas tomadas para melhorar a gestão das finanças públicas e redinamizar o processo de comercialização da castanha de caju. O país apresenta um PIB calculado na ordem dos 930 milhões de dólares e a taxa de crescimento do PIB real situou-se nos 3,5%, face aos 3,0% registados em 2009. A melhoria do ritmo de progressão de atividade em 2010 resultaria principalmente das melhorias da performance do sector primário, apoiados pelo crescimento da produção de castanha de caju e ao aumento da atividade no sector terciário principalmente nas telecomunicações e no sector financeiro. Em contrapartida, a atividade teve um recuo no sector secundário devido às dificuldades no sector da energia.

Quadro 3- Os Principais Indicadores Económicos da Guiné-Bissau

Indicadores	Unidades	2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB nominal	10 ⁶ FCFA	309.514	309.462	333.381	386.952	390.484	418.526
PIB real (a preços de 2005)	10 ⁶ FCFA	309.514	316.663	326.811	337.285	348.745	364.250
Crescimento do PIB real	%	4,3%	2,3%	3,2%	3,2%	3,4%	4,4%
RNB (ex "PNB")	10 ⁶ FCFA	304.863	304.843	328.712	380.375	385.287	417.382
População	Habitante	1.326	1.355	1.386.	1.417.	1.449	1.482
Crescimento demográfico	%	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	2,3%	2,3%
PIB nominal per-capita	FCFA/per capita	233.416	228.272	240.521	273.029	269.442	282.403
PIB real per-capita	FCFA/ per capita	233.416	233.584	235.781	237.984	240.642	245.780
Taxa de câmbio	FCFA / \$	526,6	523,0	500,2	448,3	472,2	495,4
PIB nominal per-capita	\$ / Per-capita	443	436	481	609	571	570
PIB real per-capita	\$ / Per-capita	443	447	471	531	510	496
Taxa de investimento	%	6,4%	6,3%	7,9%	6,1%	6,0%	6,6%
Inflação (IHPC)	%	3,3%	2,0%	4,6%	10,4%	-1,6%	2,1%
Deflator do PIB	%	100%	98%	102%	115%	112%	115%
Exportações/ PIB	%	16%	13%	20%	20%	19%	20%
Importações/ PIB	%	25%	28%	34%	33%	35%	35%
Taxa de cobertura	%	64%	47%	59%	61%	54%	57%

Fonte: INE- GB; (FCFA = Franco da África Central)

A economia do país é dominada pela agricultura de subsistência, em especial o arroz, que constitui a base da dieta alimentar das populações, sendo as principais culturas

de exportação a castanha de caju, peixe, madeira e outros produtos agrícolas, nomeadamente para os países da sub-região através das fronteiras terrestres. A castanha de caju representa mais de metade das receitas de exportação, a indústria pesqueira tem registado um crescimento rápido e aumentado o seu peso enquanto fonte de receitas e a manufatura está limitada ao processamento de matérias-primas e à produção de bens de consumo básico. Nos últimos anos, o governo da Guiné-Bissau tem promovido algumas reformas que têm produzido algumas melhorias, em termos de estabilidade macroeconómica, tal como pode observar no Quadro 3.

Para além de sua dimensão geográfica reduzida e uma população limitada e jovem, fatores favoráveis a um desenvolvimento rápido e controlado, o país dispõe de muitas vantagens genuínas: uma banda marítima aberta às Américas e à Europa, dotada de recursos naturais abundantes. Apresenta um forte potencial económico (agricultura, pesca, sector mineiro, energias renováveis e turismo) bem como uma identidade nacional sólida que une uma grande diversidade cultural. O sector primário constitui a principal atividade económica, absorvendo 75% da população ativa, contribuindo com 50% para o PIB e 90% das exportações (castanha de caju, frutas, etc.) e 80% do emprego.

A sua pertença às numerosas organizações regionais e a densidade das suas relações e intercâmbios com os países vizinhos são favoráveis ao reforço da sua integração económica e social num espaço regional dinâmico.

3.2.2- Finanças Públicas

A gestão das finanças públicas tem sido marcada pela implementação de dois programas, de emergência Pós-Conflito (EPCA) e o mínimo de gestão das finanças públicas. Como podemos ver no Quadro 4, nota-se uma melhoria das receitas que pode ser explicada pelo aumento das receitas não fiscais, apesar da persistência de fraquezas estruturais.

Quadro 4- Tabela de Operação Financeira do Estado

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Totais	37.845	46.989	50.086	49.574	77.818	55.816	65.025	74.080
Receitas Correntes	27.978	31.165	26.143	33.154	35.368	44.604	52.602	46.024
Receitas Fiscais	20.915	20.915	20.915	20.915	20.915	20.915	20.915	20.915
Receitas não Fiscais	12.239	12.239	12.239	12.239	12.239	12.239	12.239	12.239
Outras Receitas	0	0	0	0	0	0	0	0
Donativos	9.867	15.824	23.943	16.420	42.450	11.212	12.423	28.056
Despesas totais e empréstimos líquido	51.845	52.243	54.443	49.266	61.658	50.735	83.493	86.993
Despesas Correntes	39.364	40.065	41.125	45.967	45.593	50.120	54.650	62.732
Salários	20.031	18.901	19.729	20.139	20.083	26.224	28.815	24.341
Bens e serviços	9.450	11.068	7.924	9.024	6.770	8.619	7.500	12.316
Transferências	6.083	8.302	9.436	10.889	11.577	6.778	7.197	16.527
Outras despesas correntes	2.264	1.457	2.560	4.125	6.163	7.375	11.073	9.128
Juros	1.536	337	1.476	1.790	1.000	1.124	65	420
Despesas de Capital	12.374	11.250	11.991	1.731	15.360	465	28.598	21.650
Outras despesas	107	928	1.358	1.568	705	150	245	111
Empréstimos Líquidos	0	0	-31	0	0	0	0	2.500
Saldo Global	-14.000	-5.254	-4.357	308	16.160	5.081	18.468	12.913

Fonte: INE-GB

As receitas fiscais fixaram-se em 26,6 mil milhões de francos FCA em 2008, passou para 33,1 mil milhões de Francos CFA em 2010. O esforço na arrecadação das receitas continua a ser insuficiente, porque os 5,5% do nível da pressão fiscal do país, permanece abaixo da norma de 17% definida pela UEMOA. A rubrica de donativos melhorou, beneficiando igualmente de desembolsos recebidos em 2009, no valor de 42,5 mil milhões de Francos CFA. Essa melhoria deve-se à conclusão do Programa Pós-Conflito que facilitou a mobilização dos recursos externos. As despesas totais e empréstimos líquidos, passaram de 61,7 mil milhões de Francos CFA em 2009 para 50,7 mil milhões de Francos CFA em 2010, ou seja reduziu-se em 22%.

3.2.3- Ajuda Pública ao Desenvolvimento

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) e o Investimento Direto Estrangeiro continuam a ser as principais fontes de financiamento. No entanto, os governos africanos e os seus parceiros estão a prestar cada vez maior atenção às remessas e às receitas fiscais. A

Guiné-Bissau depende fortemente do exterior, quer a nível bilateral como multilateral, sendo um ponto de grande importância no âmbito de desenvolvimento sustentado do país.

Quadro 5 - Financiamento do Investimento Público, 2005-2012 (Milhões de francos CFA)

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Financiamento Externo	21.384	13.932	21.980	38.416	34.638	35.390	27.936	21.055
Donativos	15.180	8.029	15.766	38.350	33.602	30.476	20.904	15.945
Empréstimos	6.204	5.903	6.214	66	1.036	4.914	7.032	5.110
Financiamento Interno	1.052	311	661	288	1.066	0	177	0
Total	22.436	14.243	22.641	38.704	35.704	35.390	28.113	21.055

Fonte: DGP.

De acordo com a Perspetiva em Africa - PEA (2012), no período de 2007-2009 a ajuda multilateral ao país atingiu 79% de total de ajuda recebida no período em referência e a ajuda bilateral representou 21%. Neste contexto, podemos destacar vários organismos internacionais, principalmente a União Europeia (UE), que contribuiu com 36%, o sistema das Nações Unidas (ONU) com 24%, o Banco Mundial (BM) com 12%, Portugal com 11% e a Espanha com 10%, entre outros que têm contribuído para financiar o desenvolvimento económico da Guiné-Bissau. Segundo a PEA, foram identificados nove principais setores cobertos por doadores tais como: i) governação; ii) infraestruturas; iii) educação; iv) saúde; v) ajuda de emergência; vi) desenvolvimento económico; vii) agricultura; viii) ambiente; ix) apoio orçamental. Neste contexto, podemos destacar diversos organismos internacionais, nomeadamente ONU, UE, BM, Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Europeu de Investimentos (BEI), Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), FIDA e OPEP. A Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) continua a ser o maior doador, com 57,5% do total da dívida bilateral, seguido do BAfD com 29%. É de referir que a Guiné-Bissau não tem dívidas em atraso com o IDA, BAfD e o FMI.

No financiamento do investimento público (Quadro 5) verifica-se uma redução de -26% do total de investimento público, fixando em 28,1 mil milhões de Francos CFA em 2011 contra 35,4 mil milhões de Francos CFA em 2010, do qual 100% são do financiamento externo equivalente a 35,4 mil milhões de Francos CFA em 2010 e 99% em 2011 correspondendo a 27,9 mil milhões de Francos CFA, enquanto o investimento público interno diminuiu em 2011 fixando-se em 177 mil milhões de Francos CFA contra 1.066 mil milhões de Francos CFA em 2009.

Quadro 6 - Balança de Pagamentos da Guiné-Bissau 2005-2012 (Milhões de francos CFA)

Rubricas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Balança Comercial	-8.603	-27.665	-29.171	-31.640	-38.097	-34.655	-1.046	-27.570
Exportação FOB	47.271	38.766	51.299	57.377	57.438	62.700	112.301	64.208
Importação FOB	-55.874	-66.431	-80.470	-89.017	-95.535	-97.355	-	-91.779
							113.347	
Balança dos Serviços	-19.288	-18.904	-16.693	-18.541	-25.378	-29.003	-25.879	-23.040
<i>Dont fret</i>	-8.374	-10.547	-11.272	-12.653	-12.698	-13.584	-15.754	0
Balança dos Rendimentos	-4.651	-4.619	-4.669	-6.577	-5.197	-1.144	-8.734	-3.785
Juros da dívida pública	-4.512	-4.385	-4.772	-6.318	-5.493	-500	-138	-426
Balança de transferências Correntes	27.012	30.232	35.929	43.883	46.251	29.752	29.129	22.685
Privados	8.517	12.414	18.929	15.183	15.095	15.544	11.815	12.100
Públicas	18.495	17.818	17.000	28.700	31.156	14.208	17.314	10.585
Balança das transferências correntes	-5.530	-20.956	-14.604	-12.875	-22.421	-35.050	-6.530	-31.710
Conta de capital	23.946	16.836	15.389	16.468	33.268	485.580	26.958	8.000
Administração pública	21.945	15.336	15.352	16.410	32.295	484.600	25.700	8.000
Outros setores	2.001	1.500	37	57	974	908	1.258	0
Conta das Operações financeiras	-7.993	6.436	13.260	10.257	7.348	-436.233	8.671	1.117
Investimentos diretos	4.218	9.060	8.905	2.673	8.287	13.724	11.403	2.827
Investimentos em carteira	1.100	700	-	250	-14	-44	-16	-23
Outros investimentos	-13.311	-3.324	4.355	7.335	-925	-449.913	-2.716	-1.688
Erros de omissão	-2.798	-573	-1.957	815	-4.452	-2.117	-2.262	-5.100
Saldo Global	7.625	1.743	12.087	14.665	13.743	12.180	26.770	-31.700

Fonte: INE-GB

Como ilustra o Quadro 6, a balança comercial da Guiné-Bissau demonstra uma melhoria em 2010, reduzindo o seu défice para 34,6 mil milhões de Francos CFA, contra 38,1 mil milhões de Francos CFA em 2009. Este fenómeno explica-se, fundamentalmente, pela evolução favorável da exportação de castanha de caju, cerca de 122 mil toneladas em 2010, contra 135 mil toneladas exportadas no mesmo período do ano anterior. A exportação da castanha de caju em 2010 está ligada à evolução favorável do preço deste produto no mercado internacional, e com a contenção da importação de bens alimentares.

Em termos de fluxos de financiamento, que de momento nos interessa, convém aqui destacarmos o impacto positivo do IDE sobre a Balança de Pagamentos da Guiné-Bissau. Baseando-se nos dados de 2005 a 2010 (Quadro 6), o fluxo de IDE é a rubrica que mais

contribuiu no financiamento externo da economia guineense durante o período em causa, refletida na Balança de Operações Financeiras, com um total de 13,7 mil milhões de francos CFA em 2010 contra 4,2 mil milhões de Francos CFA em 2005.

4- Investimento Direto Estrangeiro na Guiné-Bissau

4.1- Ambiente de Negócio na Guiné-Bissau

O país precisa de promover e atrair investidores estrangeiros que tragam competências de empreendedorismo e do conhecimento dos mercados. Com base nessas preocupações, o governo da Guiné-Bissau decidiu criar condições para o relançamento do setor privado, através da simplificação dos procedimentos para a formalização de empresas, criando o Centro de Formalização de Empresas (CFE), com a aprovação em março de 2010 de dois decretos no Conselho de Ministros que fixaram bases jurídicas para a criação de empresas, reduzindo assim o tempo de registo de uma empresa que era de 213 dias para menos de 24 horas.

Quadro 7- Evolução da *Doing Business* de Guiné- Bissau (2011-2012)

	2011	2012	Rank de Melhoria (+) Deterioração (-)
Facilidade para fazer negócio (Rnking)	181	176	5
Abertura de empresa	183	149	34
Obtenção de alvarás de construção	106	107	-1
Obtenção de eletricidade	180	180	0
Registo de propriedade	179	179	0
Obtenção de Crédito	152	126	26
Proteção de investidores	131	133	-2
Pagamento de impostos	133	137	-4
Comércio entre fronteiras	118	117	1
Execução de contratos	142	142	0
Resolução de insolvência	183	183	0

Fonte: Conceção própria a partir dos dados de BM “Doing Business” www.doingbusiness.org

Neste contexto, entende-se pertinente fazer referência ao *Doing Business* que dá o grau de facilidade em fazer negócio numa economia, através da análise de dez indicadores no tocante a diversas facilidades no sector económico.

O progresso tem sido alcançado principalmente através da criação em 2011 do CFE, financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento, em colaboração com o PNUD e o Banco Mundial. Estes avanços conduziram o país à 176^a posição entre 183, ou seja melhorou 5 lugares, de acordo com o Relatório *Doing Business* 2012, do Banco Mundial.

Finalmente, essas reformas incluem o desenvolvimento de uma estratégia nacional de diversificação e transformação económica, baseada em dois pilares principais: i) a identificação e desenvolvimento de sectores promissores (pescas, castanha de caju...) de acordo com a sua contribuição para o aumento das exportações e do seu potencial de crescimento e emprego; ii) a promoção do investimento destinado ao reforço e eficiência das infraestruturas, especialmente uma política de desenvolvimento do transporte multimodal.

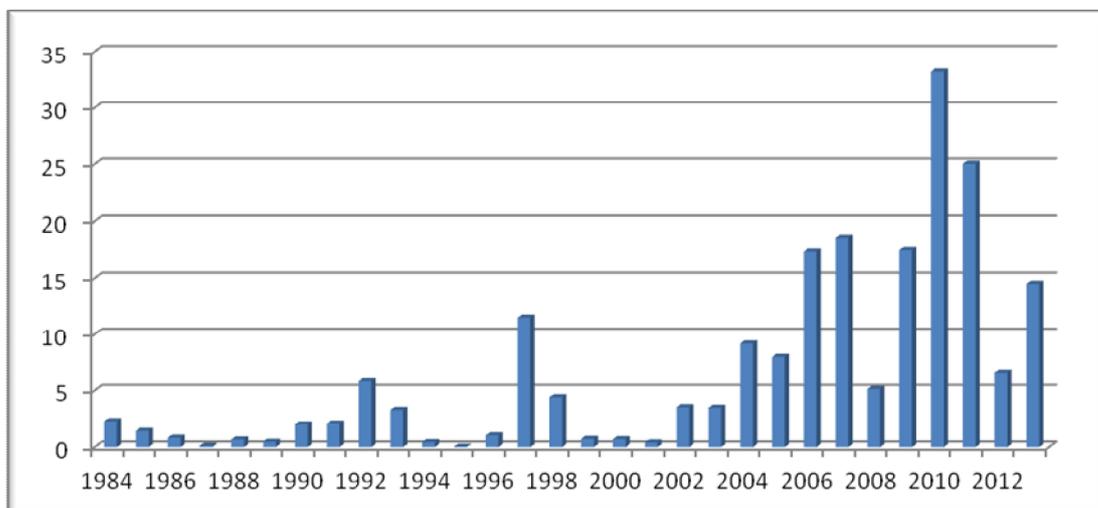
4.2 -Evolução do IDE na Guiné-Bissau

No que concerne à evolução do IDE na Guiné-Bissau, podemos verificar que há uma grande variação no que diz respeito aos fluxos anuais. Com o início nos finais dos anos 80 do processo de liberalização económica levada a cabo pela grande maioria dos países em vias do desenvolvimento, o IDE tornou-se a principal via de integração mundial. No entanto, a economia Guineense foi relativamente pouco atrativa para estes fluxos, com exceção de alguns anos, a partir de 2007, o ano de maior fluxo de IDE mundial.

Fazendo uma breve análise da evolução das entradas de investimento direto estrangeiro podemos identificar, nestes últimos anos, três períodos diferentes, como se pode constatar na Figura 1, de um nível de US\$ 2,29 milhões em 1984, atinge-se um valor de US\$ 5,83 milhões em 1992, sendo responsável por 3% do valor registado na zona da UEMOA. No período de 1993 a 1996, a Guiné-Bissau registou uma baixa na entrada do IDE, devido essencialmente à conjuntura internacional que se vivia na altura. Em 1997 regista-se um forte crescimento do IDE na Guiné-Bissau, atingindo assim um valor de US\$ 11,48 milhões. Entre 1998 e 2001, os valores voltam a ser negativos para a Guiné-Bissau, ao contrário do fluxo de IDE mundial, que atingiu um recorde de US\$ 1.414,9 mil milhões. Esse fenómeno pode ser explicado pelo conflito político-militar que assolou o país em 1998 e 1999. Porém, ultrapassadas as incertezas, os fluxos de IDE para a Guiné-Bissau voltaram

a crescer de uma forma gradual, dando-se um pico no ano de 2007, com a entrada de US\$ 18,58 milhões, bem acima dos valores de 2000.

Figura 1- Fluxo de IDE na Guiné-Bissau, (1984-2013) Milhões de dólares



Fonte: Conceção própria a partir dos dados da UNCTAD (1970-2011) www.unctadstat.unctad.org

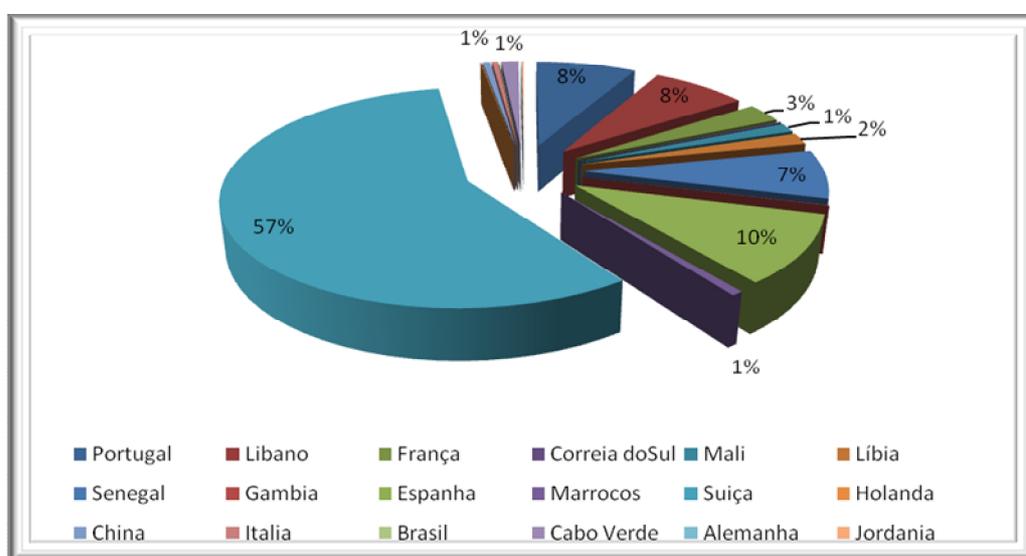
Em 2008, a Guiné-Bissau sofreu uma quebra forte na entrada de IDE, o que pode ser explicado pelo crónico problema energético com que o país se deparava, associada às constantes instabilidades sociopolíticas que o país viveu nos últimos anos. Constitui este um dos fatores que esteve na base do fraco investimento interno e sobretudo estrangeiro no país durante o ano de 2008, fatores que contribuíram para um decréscimo para 5,968 milhões de dólares, contra 18,58 milhões do ano anterior clima de crise económica e financeira que começou na altura. Em 2009, há um novo crescimento do IDE, que volta a crescer em 2010, embora não de uma forma tão forte como de 2008 para 2009. Em 2012 decresceu e isso deveu-se à instabilidade vivida nesta altura, mas contudo recuperou em 2013, como ilustra a Figura 1.

O pico de IDE verificado em 2010, deveu-se sobretudo à abertura de uma companhia de telecomunicações e à instalação de um novo banco comercial cujos ativos são mantidos na sua maioria por investidores estrangeiros.

4.3 - Investimento Direto Estrangeiro na Guiné-Bissau por País de Origem

Quanto à origem de investimento direto estrangeiro na Guiné-Bissau por país de origem, como podemos observar no Figura 2, a Suíça apresenta-se como o país que mais investe diretamente na Guiné-Bissau, com 57% do total de IDE no período de 2005 a 2011, seguida da Espanha com 10%, Portugal e Líbano ambos com 8%. De entre os países próximos, destaca-se o Senegal (7%), com maior investimento direto estrangeiro na Guiné-Bissau.

Figura 2- IDE na Guiné-Bissau por País de origem, 2005-2011



Fonte: DGPIP

Esta tendência inverte-se claramente logo no ano a seguir, passando o sector da Agricultura, Pesca, Pecuária e Indústria Extrativa a assumir uma predominância clara, captando assim neste período quase 93%, com uma significativa perda para o sector dos serviços que ficou com apenas 4%. O sector da indústria extrativa é o que mais beneficiou com a entrada de capitais estrangeiros, com 57% do total do IDE direcionado por diferentes setores de atividade económica do país neste período. Este resultado deve-se à descoberta de fosfato e bauxite o que motivou muitos investidores estrangeiros a investir neste setor, seguindo-se o setor dos transportes e telecomunicações com 14%, que é o setor que tem

estado mais a crescer nos últimos anos devido à liberalização aí verificada, e da indústria e construção civil com 9% cada.

4.4 - Investimento Direto Estrangeiro por Sector de Atividade

Em 2007 observa-se uma nova inversão com os serviços a recuperar novamente a sua importância em detrimento do setor Agricultura, Pesca, Pecuária e Indústria Extrativa. Para o período de 2008-2011. O setor das Indústrias apresentava-se como o maior captador do investimento direto estrangeiro (Quando 8). A análise do Quadro 8, permite-nos observar que em 2005 o setor dos serviços apresentava-se como o maior recetor do investimento direto estrangeiro com cerca de 79% e o setor da indústria ficava-se pelos 19%.

Quadro 8- IDE por Setor de Atividade 2005-2011 (em milhões de Euros)

Setores de atividade	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Total	47.135.536	273.006.696	43.995.626	7.328.244	5.148.625	39.244.404	22.947.500
Agricultura, Pesca, Pecuária e extrativa	750.000	255.075.000	1.646.357	2.000.000	-	3.000.000	676.471
Indústria extrativa	-	250.000.000	-	-	-	-	-
Agricultura, Pesca e Pecuária	750.000	5.075.000	1.646.357	2.000.000	-	3.000.000	676.471
Indústrias	8.936.335	7.320.438	1.164.948	3.000.000	2.548.625	34.350.000	22.035.071
Outras Indústrias	8.936.335	7.143.367	89.948	3.000.000	240.000	-	20.971.440
Construção civil	-	177.071	1.075.000	-	2.308.625	34.350.000	1.063.631
Serviços	37.449.201	10.611.258	41.184.321	2.328.244	2.600.000	1.894.404	235.958
Transporte e telecomunicações	20.000.000	5.364.692	33.650.000	-	-	1.239.404	-
Serviços financeiros	9.608.743	4.585.636					
Hotelaria e restauração	7.840.458	485.930	7.534.321				235.958
Outros serviços		175.000		2.328.244	2.600.000	655.000	

Fonte: DGPIP.

4.5 - Fatores Determinantes do IDE na Guiné-Bissau

Embora não haja ainda muitos estudos sobre os fatores que determinam este investimento na Guiné-Bissau, destacamos o estudo feito pelo Banco Central dos Estados da Africa Ocidental (BCEAO). O estudo conclui que os principais fatores determinantes do IDE na Guiné-Bissau são: i) o ambiente do trabalho, ii) acesso ao mercado, iii) políticas do governo em matéria do investimento, iv) disponibilidade de financiamento às empresas, v) outros fatores e a vi) política e governação.

Em termos de perspetivas, os responsáveis das empresas privilegiam mais a manutenção dos seus investimentos do que a sua expansão. Esta situação é explicada pelos constrangimentos impostos nos domínios de infraestruturas, da governação e da estabilidade sociopolítica. O reforço das capacidades dos recursos humanos figura entre as prioridades a médio prazo e os investimentos futuros orientar-se-ão prioritariamente para a formação e recrutamento nacionais.

No Relatório efetuado sobre os Ativos e Passivos e a perceção dos Investidores (2009), procura-se determinar a influência de um certo número de fatores sobre a rentabilidade dos investimentos ao longo dos anos de 2007 a 2008. Os responsáveis das empresas indicaram que a produtividade do trabalho, a estabilidade política regional, o setor externo, a eficácia e a rapidez dos processos de decisão assim como a disponibilidade e a regulamentação do trabalho na Guiné-Bissau tiveram efeitos positivos sobre o rendimento do seu investimento no país. Por outro lado, entendem que a corrupção nas empresas, a fraude e a concorrência desleal, os custos dos transportes marítimos e aéreos assim como a dimensão da corrupção ao nível do Estado influenciaram negativamente o rendimento dos seus investimentos no país.

5 - Conclusão

Este estudo procurou contribuir para melhor compreender o fenómeno do Investimento Direto estrangeiro na Guiné-Bissau. Após a caracterização concetual do investimento direto estrangeiro (IDE), procurou-se basear esta investigação de acordo com as principais abordagens sobre o IDE e determinantes existentes. Compreendemos que tais teorias e condicionantes evoluíram ou modificaram ao longo do tempo, de acordo com os eventos económicos, sociais, políticos e tecnológicos.

O Investimento Direto Estrangeiro conheceu, nas últimas décadas, um aumento a nível global, resultado do processo de globalização e do desenvolvimento da tecnologia de informação, que aproximaram os países e alargaram mercados. O presente trabalho procurou analisar a evolução do investimento direto estrangeiro na Guiné-Bissau nos últimos anos. Partindo das principais teorias do IDE e da análise dos principais determinantes de atração de um país de destino, com especial atenção nos determinantes económicos. Através da história da evolução do IDE concluiu-se que este varia, pelo facto de envolver mais de um país, e de acordo com o estado económico e geopolítico mundial.

Os anos 2000 foram verdadeiros anos dourados para o continente africano no que diz respeito à entrada de investimento direto estrangeiro.

A crise económica internacional de 2008 conduziu à procura de novos mercados. África é um destes destinos, pelos seus recursos naturais de importância como o petróleo, gás natural, carvão e urânio, que tem assumido elevado interesse por parte dos investidores.

Entre os principais investidores estrangeiros na Guiné-Bissau, encontram-se países da Europa, tais com a Suíça, Espanha, França, Portugal. Os principais sectores de atividade recetores deste investimento são atividades das indústrias extrativas, atividades de transporte e telecomunicações e construção civil. O investimento direto estrangeiro pode dinamizar a capacidade inovadora de uma determinada região através das políticas apropriadas, tornar mais barato os produtos básicos para exportação da Guiné-Bissau, proporcionar as infraestruturas essenciais, elevar a produtividade geral da economia. Os benefícios do IDE podem ser no futuro maiores caso o país melhore a eficiência das suas instituições, sobretudo investimentos na educação e no fortalecimento das instituições que garantem o respeito às leis.

Bibliografia

- Alfaro, L., Chanda, A.K; Alemli-Ozcan, S., & Sayek, S. (2010). Does foreign direct investment promote growth? Exploring the role of financial markets on linkages. *Journal of Development Economics*, *Journal of Development Economics* 91 (2), pp. 242–256

- Baumuller, H. (2009). *Competing for Business Sustainable Development Impacts of Investment Incentives in Southeast Asia*, Working Paper, International Institute for Sustainable Development.
- Bevan, A., & Estrin, S. (2000). *The Determinants of Foreign Direct Investment in Transition Economies*, Working Paper Number 342, Center for New Emerging Markets. London Business School.
- Buckley, J. & Casson (1979). *The Future of the Multinational Enterprise*, Londres: : Macmillan xiii.
- Coase, R. H. (1937). *The Nature of the Firm*. *Economica*, 4(16), 386-405.
- Dunning, J. (1981). *International Production and the Multinational Enterprise*. Londres: George Allen & Unwin.
- Dunning, J. (1988). *Explaining International Production*. Londres: Unwin Hyman.
- Geleilate, J. & Forte, S. (2012). *Motivações e estratégias de internacionalização dos três maiores bancos brasileiros frente à nova configuração econômica mundial*. *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 11 (1), pp. 02-12. ISSN 1645-4464.
- Governo da República da Guiné-Bissau (2010). *EDIC Estudo do Diagnóstico da Integração do Comércio*. Bissau.
- Governo da República da Guiné-Bissau (2011). *DENARP- II. Documento Estratégico Nacional para a Redução da Pobreza*. Bissau.
- Governo da República da Guiné-Bissau, *Código de Investimento. Lei nº (13/2011)*. Bissau.
- Hirsch, S. (1967). *Location of Production and International Competitiveness*. Oxford: Clarendon Press.
- Hood, N. & Young, S. (1979). *The Economics of Multinational Enterprise*. Londres: Macmillan.
- Hymer, S. (1960). *The International Operation of National Firms: A study of direct investment*. Doctorial dissertation, Massachusetts Institute of Technology. Dept. of Economics, MIT.
- Investimento Direto Estrangeiro na Guiné-Bissau (2012). *Projetos Aprovados Base de Dados de DGPIP. Direção Geral do Programa de Investimento Público. FAD*.

- Johanson, J. & Vahlne, J. (1977). The internationalization process of the firm: a model of knowledge development and increasing foreign market commitments. *Journal of International Business Studies*, 8 (1), pp. 23-32.
- Johanson, J. & Vahlne, J. (2009), The Uppsala internationalization process model revisited: From liability of foreignness to liability of outsidership. *Journal of International Business Studies* 40 (9), 1411–1431; doi:10.1057/jibs.2009.24
- Kindleberger, C. (1979). *Les Investissements dès États-Unis dans le Monde*. Calmann-Leévy .
- Krugman, P. & Obstfeld, M. (2005). *Economia Internacional: teoria e política*. 6ª edição, São Paulo: Pearson Addison Wesley.
- Moreira, A. (2009), *The evolution of internationalization – towards a new theory?*. *Economia Global e Gestão*, 14(1), pp. 41-59.
- Mutenyoo, J. (2008), *Does Foreign Direct Investment Stimulate Economic Growth in Sub-Saharan Africa?*. Artigo apresentado na EREC Development Economics Conference, setembro, University of Sussex, Londres.
- Nicet-Chenaf, D. & Rougier, E. (2014). Source and host country volatility and FDI : A gravity analysis of European investment to Middle East and North Africa. Larefi Working Papers 1405, Larefi, Université Bordeaux 4.
- Nigh, D. & Schollhammer, H. (1987). Foreign Direct Investment, Political Conflict and Co-operation: The Asymmetric Response Hypothesis, *Managerial and Decision Economics*, 8 (4), pp. 307-312.
- Nigh, D. (1986). Political Events and the Foreign Direct Investment Decision: an Empirical Examination. *Managerial and Decision Economics*, 7(2), pp. 99–106
- Nonnenberg, M. & Mendonça, M. (2004), *Estudos Económicos Determinantes do Investimento Directo Externo em países em desenvolvimento*. Rio de Janeiro.
- OCDE. (2002), *International Investment Perspectives: 2002 Edition*, www.oecd.org
- Pélissier, R. (1997), *História da Guiné-Bissau: Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841-1936)*. Editorial Estampa, Lisboa.
- Ragazzi, G. (1973), Theories of the Determinants of Foreign Direct Investment. *Staff Papers* , 471-498.

- Root, F. (1978). *International Trade and Investment*, South-Western Publishing, Co., Cincinnati.
- Sharma, B. & Abakah, J. (2008). Foreign Direct Investment and Economic Growth of Africa, *International Atlantic Economics Journal*, 36 (1), pp. 117-118.
- Silva, S. & Sousa, M. (2009). Consórcios internacionais de empresas de construção civil: O caso da Mota-Engil. *Rev. Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Jun 2009, vol.8, no.2, p.51-63. ISSN 1645-4464
- Tavares, F. & Marques, A. (2013). A internacionalização no setor da cortiça: Estudo exploratório às empresas. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 12 (4), 37-49.
- Vernon, R. (1966). International Investment and International Trade in the Product Cycle. *Quarterly Journal of Economics*, 80 (2), pp. 1990-207.
- Vernon, R. (1979). The Product Cycle Hypothesis in a new International Environment. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics*, 41(4), pp. 255-267.
- World Development Report, (2013). Jobs. Washington, DC: World Bank. DOI: 10.1596/978-0-8213-9575-2.

How to cite this article:

Ber, F., Tavares, F. O. & Pacheco, L. (2015). Investimento direto estrangeiro na Guiné-Bissau. *Portuguese Journal of Finance, Management and Accounting*. 1 (2), 3-30. Disponível em <http://u3isjournal.isvouga.pt/index.php/PJFMA>